



Processo:

Nº 000422 / 2018

Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia

Data Abertura : 12/03/2018
Interessado: RO-000599/K
CRC'S

Proc.: LIC 2018/000722
CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RO

Assunto : LICITAÇÃO/CARTA CONVITE/TOMADA DE PREÇO
AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, TAIS COMO CAFÉ, ÁGUA E
AÇÚCAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSELHO REGIONAL
DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA.

Observações:

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE COMPRAS/SERVIÇOS



Pedido de Aquisição/Serviços nº 001/2018

Requisitante: Auxiliar de Serviços Gerais

| Item | Descrição | Unid. | Quant. |
|------|--|--------|--------|
| 1 | AÇÚCAR CRISTAL, obtido da cana de açúcar, com aspecto sólido e cristais bem definidos, cor, cheiro próprios e sabor doce; com teor de sacarose mínimo de 99,3%, admitindo umidade máxima de 0,3%; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em embalagem de 02 kg, plástico atóxico, contendo data de fabricação e prazo de validade, com registro no órgão competente. Validade mínima de 23 meses a contar da data de entrega. | Pacote | 110 |
| 2 | CAFÉ EM PÓ homogêneo, torrado e moído, moagem fina, torração média, bebida dura aroma intenso, encorpado e de intenso sabor, arábica predominante, máximo 1% de impurezas; embalado a vácuo com 500 g , de primeira qualidade, contendo data de fabricação e prazo de validade, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café – ABIC, com registro no órgão competente. Validade mínima de 23 meses a contar da data de entrega. | Pacote | 120 |
| 3 | Fornecimento de Água mineral natural não gasosa e potável acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros. | Und. | 260 |
| 4 | Fornecimento de Água mineral natural não gasosa e potável em garrafas de 500ml. | Und. | 700 |
| 5 | Chá de erva mate queimado, caixa com 250 gramas – erva mate queimado constituído de folhas novas; de espécimes vegetais genuínos ligeiramente tostados e partidos; de cor verde amarronzada escura; com aspecto cor cheiro e sabor próprio; isento de sujidades e larvas. | Und | 12 |

Justificativa para aquisição do material ou contratação do serviço:

Considerando que o planejamento realizado no último exercício, e, com minucioso controle de saída do estoque, foi possível que a quantidade estimada atendesse de forma satisfatória o período pretendido, sendo necessário para o decorrer deste exercício novo aporte de insumos, com vistas à continuidade do atendimento de fornecimento ao público externo que visita o CRCRO, assim como aos servidores,

estagiários, conselheiros e presidência que desenvolvem suas funções neste Conselho.

O fornecimento propicia que as necessidades dos servidores no âmbito do trabalho possam ser desenvolvidas com maior efetividade, e os usuários que buscam esta Agência possam encontrar maior conforto e qualidade em seu atendimento, portanto, a existência destes produtos possibilita um melhor desempenho das funções deste Conselho, constituindo fatores de aprimoramento no serviço prestado à sociedade.

Dotação Orçamentária:

A despesa com a execução deste contrato correrá à conta do seguinte crédito orçamentário, para o exercício 2018:

6.3.1.3.01.01.015 (Gêneros de Alimentação) Projeto 5013.


Porto Velho-RO, 08 de março de 2018.


Elias Vinícius Moraes Ferreira
Aux. de Serviços Gerais

Autorização

☒ Autorizo, encaminhar para a Presidência.

☐ Não autorizo.


Maria Roneide Lopes do Nascimento Miranda
Diretora Executiva
Portaria 0006/2016

Data: 08/03/2018

Aprovação

☒ Aprovo e autorizo a abertura do processo licitatório.

☐ Não aprovo.


Joelso Tavares de Andrade
Presidente CRCRO

Data: 09/03/2018

| MEMÓRIA DE CALCULO | | | | |
|--------------------|---------|---------------|-----------------|-------------|
| Especificações | Estoque | Demanda Anual | Estimativa 2018 | Pedido 2018 |
| Açúcar pct 2kg | 55 | 156 | 101 | 110 |
| Café em pó 500g | 74 | 180 | 106 | 120 |
| Agua 20 litros | 20 | 250 | 230 | 260 |
| Agua 500ml | 0 | 650 | 650 | 700 |
| Chá | 0 | 12 | 12 | 12 |

A quantidade estimada foi realizada com base no que há em estoque, bem como nos gastos decorrentes do exercício de 2017 e início de 2018, todavia, houve acréscimo ínfimo nas quantidades, com vistas à garantir a segurança nas atividades diárias.

Porto Velho - RO, 08 de março de 2018.

Elias Vinicius Moraes Ferreira
Auxiliar de Serviços Gerais

Quint
CT Maria Raimunda Lopes Nascimento
Diretora Executiva
Partida nº 008/2018
08/03/2018

PROJETO BÁSICO

Processo Licitação 2018/000722

O presente Projeto Básico foi elaborado em observância aos preceitos de Direito Administrativo, Lei nº 8.666/1993 e suas alterações. Além dessa legislação específica, aplicam-se quaisquer outras complementares vigentes e pertinentes à matéria, bem como as regras e condições estabelecidas neste, que tem por objeto definir o conjunto de elementos que nortearão o procedimento definido a seguir.

1. IDENTIFICAÇÃO

Unidade Orçamentária: Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia – CRC/RO.

Endereço: Avenida Presidente Dutra, 2374 – Centro – CEP: 76.801-034 – Porto Velho.

CNPJ: 63.761.001/0001-79

2. OBJETO

2.1. Aquisição de gêneros alimentícios, tais como café, água e açúcar, para atender as necessidades do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia - CRCRO.

2.2. Das Especificações

| Item | Especificações | Unid. | Quant. |
|------|--|----------|--------|
| 1 | AÇÚCAR CRISTAL, obtido da cana de açúcar, com aspecto sólido e cristais bem definidos, cor, cheiro próprios e sabor doce; com teor de sacarose mínimo de 99,3%, admitindo umidade máxima de 0,3%; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em embalagem de 02 kg, plástico atóxico, contendo data de fabricação e prazo de validade, com registro no órgão competente. Validade mínima de 23 meses a contar da data de entrega. | PCT | 110 |
| 2 | CAFÉ EM PÓ homogêneo, torrado e moído, moagem fina, torração média, bebida dura aroma intenso, encorpado e de intenso sabor, arábica predominante, máximo 1% de impurezas; embalado a vácuo com 500 g , de primeira qualidade, contendo data de fabricação e prazo de validade, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café – ABIC, com registro no órgão competente. Validade mínima de 23 meses a contar da data de entrega. | PCT | 120 |
| 3 | Fornecimento de Água mineral natural não gasosa e potável acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros. | Garrafão | 260 |
| 4 | Fornecimento de Água mineral natural não gasosa e potável em garrafas de 500ml. | Garrafa | 700 |
| 5 | Chá de erva mate queimado, caixa com 250 gramas – erva | Und | 12 |

| | | | |
|--|--|--|--|
| | mate queimado constituído de folhas novas; de espécimes vegetais genuínos ligeiramente tostados e partidos; de cor verde amarronzada escura; com aspecto cor cheiro e sabor próprio; isento de sujidades e larvas. | | |
|--|--|--|--|

2.3. As quantidades foram estimadas considerando o planejamento realizado no último exercício, e, com minucioso controle de saída do estoque.

2.4. Outras características dos garrafões:

2.4.1. Os garrafões disponibilizados deverão seguir as Normas Técnicas NBR 14.222, 14328, 14637 e 14638.

2.4.2. Os garrafões devem ser de material atóxico, próprios para o acondicionamento de água mineral, resistentes, em excelente estado de conservação, sem ranhuras e/ou amassados e virem com tampa protetora e lacre de segurança para evitar contaminações externas.

2.4.3. Os garrafões devem apresentar rótulo-padrão registrado no Ministério da Saúde e aprovado pelo DNPM (Art. 29 do Decreto Lei nº7.841/1945).

2.4.4. Para o transporte, a empresa deverá obedecer a Resolução da ANVISA que regulamenta o transporte, distribuição, armazenamento e comércio de água mineral (RDC nº 06, de 11/12/2002).

2.4.5. Os Garrafões deverão apresentar, no ato da entrega, lacre de segurança na tampa e rótulo, constando à data do envase (dia, mês e ano);

2.4.6. garrafões deverão ser confeccionados em policarbonato transparente, nos quais deverão ser identificadas as características da água, através de rótulo próprio indicando a marca, procedência e a validade, e de acordo com a Portaria nº 358 de 21 de setembro de 2009;

2.4.7. a CONTRATADA deverá efetuar a entrega na totalidade do que for solicitado mesmo quando a unidade, no momento da entrega, não possua em seus estoques o número de galões vazios para reposição;

2.4.8. os garrafões deverão ser transportados de forma a não serem contaminados.

2.5. Os bens objeto da aquisição estão dentro da padronização seguida pelo órgão, conforme especificações técnicas e requisitos de desempenho constantes do Catálogo Unificado de Materiais - CATMAT do SIASG.

2.5.1. Em caso de divergência entre as descrições e especificações constantes do CATMAT e do presente Projeto Básico, prevalecem estas últimas.

3. JUSTIFICATIVA

3.1. Apresentamos o presente Termo de Referência e demais peças dos autos, com a intenção de expor claramente os motivos para a realização aquisição de gêneros alimentícios, evidenciando o ato administrativo como revestido de todos os seus requisitos formais e materiais no intuito de torná-lo eficaz em sua plenitude.

3.2. Os itens propostos visam ao atendimento das necessidades diárias de consumo por parte de contadores, conselheiros, servidores, estagiários e cidadãos por ser essencial à vida.

3.3. Considerando que o planejamento realizado no último exercício, e, com minucioso controle de saída do estoque, foi possível que a quantidade estimada atendesse de forma satisfatória o período pretendido, sendo necessário para o decorrer deste exercício novo aporte de insumos, com vistas à continuidade do atendimento de fornecimento ao público externo que visita o CRCRO, assim como aos servidores, estagiários, conselheiros e presidência que desenvolvem suas funções neste Conselho.

3.4. O fornecimento propicia que as necessidades dos servidores no âmbito do trabalho possam ser desenvolvidas com maior efetividade, e os usuários que buscam este Conselho possam encontrar maior conforto e qualidade em seu atendimento, portanto, a existência destes produtos possibilita um melhor desempenho das funções deste Regional, constituindo fatores de aprimoramento no serviço prestado à sociedade

4. ESTIMATIVA DA DESPESA

4.1. A pesquisa de mercado visando estimativa de preços será oportunamente juntada aos autos pelo Setor de Compras e Licitações do CRC/RO.

5. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1. As despesas decorrentes desta contratação serão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento Geral do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia para o exercício de 2016 e alocados em recursos próprios no orçamento para os exercícios seguintes, nas classificações referentes aos programas de trabalho 6.3.1.3.01.01.015 (Gêneros de Alimentação) Projeto 5013.

6. CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

6.1. A habilitação a ser exigida aos licitantes interessados em participar do certame será conforme determina os artigos 27 a 31 da lei 8.666/93 e artigo 4º inciso XIV da lei n.º 10.520/2002 e demais exigências cabíveis, que serão fixadas no edital.

7. DA ENTREGA

7.1. A contratada se obriga a fornecer todos os serviços que lhe forem adjudicados no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data da entrega do Empenho.

7.2. Advertimos que não há intenção de conceder dilação do prazo acima citado, a não ser nos casos explicitamente amparados pela legislação.

7.3. A entrega deverá ser realizada na Sede deste Conselho, conforme informações constantes no Item 1 deste Projeto Básico.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

8.1. Os bens serão recebidos:

- 8.1.1. provisoriamente: “para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação”, oportunidade em que se observarão apenas as informações constantes da fatura e das embalagens, em confronto com a respectiva nota de empenho.
- 8.1.2. definitivamente: após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação, que deverá acontecer em até 5 (cinco) dias úteis contados à partir do recebimento provisório.
- 8.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.
- 8.3. O aceite/aprovação do(s) produto(s) pelo órgão licitante não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se ao CRCRO as faculdades previstas no art. 18 da Lei n.º 8.078/90.

9. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

- 9.1. O CRCRO realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento definitivo do documento fiscal correspondente.
- 9.2. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.
- 9.3. Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.
- 9.4. Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 9.5. O descumprimento, pela contratada, do estabelecido no parágrafo anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- 9.6. O CRCRO, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Projeto Básico.
- 9.7. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CRCRO encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.
- 9.8. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

10. DAS SANÇÕES

- 10.1.** Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa e contraditório, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:
- 10.1.1.** apresentar documentação falsa;
 - 10.1.2.** fraudar a execução do contrato;
 - 10.1.3.** comportar-se de modo inidôneo;
 - 10.1.4.** cometer fraude fiscal;
 - 10.1.5.** fizer declaração falsa.
- 10.2.** Para os fins do subitem 9.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.
- 10.3.** Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei n.º 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento ou falha na execução do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA poderá ser penalizada, isoladamente, ou juntamente com as multas especificadas para os casos de retardamento ou falha na execução do contrato, aplicando-se uma das seguintes penalidades:
- 10.3.1.** advertência;
 - 10.3.2.** suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia (CRCRO), por prazo não superior a 2 (dois) anos;
 - 10.3.3.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
 - 10.3.4.** impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

11. DOS ENCARGOS DAS PARTES

- 11.1.** As partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 11.1.1. A contratada deve:**
- 11.1.1.1.** Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal

- constando detalhadamente as indicações da marca, procedência e prazo de garantia;
- 11.1.1.2.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 11.1.1.2.1.** O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias ou defeitos;
- 11.1.1.3.** Entregar o objeto licitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;
- 11.1.1.4.** Responsabilizar-se exclusivamente por todas as obrigações trabalhistas, encargos sociais e previdenciários e despesas relativamente a seus profissionais, tendo em vista que não será estabelecido nenhum vínculo empregatício ou de responsabilidade entre os profissionais disponibilizados para a execução dos serviços contratos e o CRC/RO.
- 11.1.1.5.** Manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação.
- 11.1.1.6.** Responder pela boa qualidade do produto;
- 11.1.1.7.** Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.
- 11.1.1.8.** Comunicar à Administração do Conselho qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos necessários.
- 11.1.1.9.** Assumir a responsabilidade por responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Conselho, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Conselho;
- 11.1.1.10.** É de responsabilidade da CONTRATADA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência do Conselho;
- 11.1.1.11.** Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
- 11.1.1.12.** Encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação resultante desta licitação.
- 11.1.1.13.** A inadimplência do licitante vencedor, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Conselho, nem poderá onerar o objeto desta

contratação, razão pela qual o licitante vencedor renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Conselho;

11.1.1.14. Deverá a CONTRATADA manter sigilo absoluto sobre todos os dados e informações provenientes dos serviços realizados.

11.1.2. São expressamente vedadas à contratada:

11.1.2.1. a veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização do CRCRO;

11.1.2.2. a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;

11.1.2.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CRCRO, durante o período de fornecimento.

11.1.3. A Contratante deve

11.1.3.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir com suas obrigações, constantes do presente Projeto Básico, inclusive fornecer toda a infraestrutura necessária de recursos tecnológicos, equipamentos, suporte, comunicação, material, etc.

11.1.3.2. proceder ao pagamento do contrato, na forma e nos prazos pactuados.

11.1.3.3. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com os constantes dos Termos deste Projeto Básico.

11.1.3.4. A existência da fiscalização por parte da Contratante de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da Contratada no fornecimento do serviço.

11.1.3.5. Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.

11.1.3.6. Efetuar o pagamento devido, segundo as condições estabelecidas.

11.1.3.7. Oferecer informações à CONTRATADA, sempre que necessárias para execução dos trabalhos.

12. DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

12.1. O contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CRCRO, com a apresentação das devidas justificativas.

13. DA RESCISÃO DO CONTRATO

13.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.

13.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da contratada, o CRCRO poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.

13.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução

inicial, a contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CRCRO adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

14. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

14.1. A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação brasileira, conforme indicado a seguir:

14.1.1. A Contratada deve permitir que o Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia inspecione suas contas, registros e quaisquer outros documentos relativos à apresentação de ofertas e cumprimento do Contrato e submetê-los a uma auditoria por auditores designados pelo Setor Competente do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia. Para isso, a Contratada deverá:

14.1.1.1. Entregar todo documento necessário para a investigação de alegações de fraude ou corrupção e colocar os funcionários ou agentes que tenham conhecimento do Contrato à disposição para responder a indagações provenientes do pessoal ou de qualquer investigador, agente, auditor ou consultor apropriadamente designado para a revisão ou auditoria dos documentos. Caso a Contratada não cumpra a exigência ou de qualquer maneira crie obstáculos para a revisão do assunto por parte do Setor Competente, a Contratante, inteiramente a sua discrição, poderá tomar medidas apropriadas contra ela.

14.1.2. Se, de acordo com o procedimento administrativo, ficar comprovado que um funcionário da Contratada, ou quem atue em seu lugar, incorreu em práticas corruptas, o Setor Competente do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia poderá declarar a Contratada e/ou seus funcionários diretamente envolvidos em práticas corruptas inelegíveis, temporariamente, para participar de futuras licitações ou contratos.

14.1.3. Detectada a conduta indevida, o Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia comunicará os fatos verificados aos órgãos competentes para as providências devidas.

14.1.4. Até a assinatura do contrato/entrega do empenho, a licitante vencedora poderá ser desclassificada se a Administração tiver conhecimento de fato desabonador à sua classificação ou à sua habilitação, conhecido após o julgamento das propostas.

14.1.5. Se ocorrer a desclassificação da licitante vencedora por fatos referidos no subitem precedente, a Administração poderá convocar as licitantes remanescentes por ordem de classificação ou revogar a licitação.

14.1.6. É vedada a utilização de qualquer elemento, critério ou fato sigiloso, secreto ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as licitantes.

- 14.1.7.** Se houver indícios de conluio entre as licitantes ou de qualquer outro ato de má-fé, o Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia comunicará os fatos verificados aos órgãos competentes para as providências devidas.
- 14.1.8.** É proibido a qualquer licitante tentar impedir o curso normal do processo licitatório mediante a utilização de recursos ou de meios meramente protelatórios, sujeitando-se a autora às sanções legais e administrativas aplicáveis, conforme dispõe o art. 93 da Lei nº 8.666/1993.
- 14.1.9.** Mediante parecer escrito e devidamente fundamentado, esta licitação será anulada se ocorrer algum vício insanável em seu processamento e poderá ser revogada, em qualquer de suas fases, por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta.

15. DA FISCALIZAÇÃO/ATESTAÇÃO

- 15.1.** Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, haverá definição do Fiscal do Contrato, que atestará a nota para pagamento.

16. DO FORO

- 16.1.** As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Porto Velho – RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

17. CONDIÇÕES GERAIS:

- 17.1.** Ocorrendo fato novo decorrente de força maior ou caso fortuito, nos termos previstos na legislação vigente, que obste o cumprimento pela CONTRATADA dos prazos e demais obrigações estatuídas neste instrumento e no termo contratual, ficara a mesma isenta das multas e penalidades pertinentes.
- 17.2.** As omissões dúvidas e casos não previstos neste instrumento serão resolvidos e decididos aplicando as regras contratuais e a Lei 8.666/93 e suas alterações, e/ou subsidiariamente no disposto acima, caso persista a pendência.

Porto Velho-RO, 15 de março de 2018.


Contadora Maria Roneide Lopes do Nascimento Miranda
Diretora Executiva
Portaria 0006/2016

Aprovado em: 15/03/2018


Contador Joelso Tavares de Andrade
Presidente CRCRO

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE - RONDONIA
Sistema de Controle Orçamentário
NOTA DE EMPENHO



Data : 21.05.2018
Hora : 09:04

| Nº Empenho | Data do Empenho | Tipo do Empenho | Processo | Nº. Reserva | Exercício |
|------------|-----------------|-----------------|----------|-------------|-----------|
| 312 | 21.05.2018 | ESTIMATIVA | | 246 | 2018 |

| Conta de Despesa | Descrição da Conta | Projeto | SubProjeto |
|-------------------|------------------------|-------------------------------------|------------|
| 6.3.1.3.01.01.015 | GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO | 5013 - AQUISIÇÃO DE BENS DE CONSUMO | - |

| Número do Evento | Descrição do Evento |
|------------------|-------------------------------------|
| 1111 | AQUISIÇÃO DE GÊNEROS DE ALIMENTAÇÃO |

| Dados da Modalidade (Fundamentação Legal) | | | |
|---|-------------|-------------|---------------|
| Modalidade | Complemento | Número | Núm. Controle |
| Dispensa | PROCESSO | 2018/000722 | 36 |

| Favorecido | | | |
|------------|---------------------------|------------|----------------------|
| Nome | : W. C. F. BRILHANTE - ME | CNPJ / CPF | : 03.740.900/0001-63 |
| Endereço | : R SENADOR ALVARO MAIA | Bairro | : OLARIA |
| CEP | : 76.801-28 | Cidade | : PORTO VELHO |
| Banco | : | UF | : RO |
| | | Conta | : |

| Histórico do Empenho | Qtde Parcelas | Valor Unitário | Valor Total Empenhado |
|---|---------------|----------------|-----------------------|
| AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS, TAIS COMO CAFÉ, ÁGUA E AÇÚCAR, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA. | 999 | 4.068,50 | 4.068,50 |

| Valor por Extenso |
|--|
| Quatro Mil, Sessenta e Oito Reais e Cinquenta Centavos |

| Dotação Orçamentária | Empenhos Acumulados | Valor deste Empenho | Saldo Atual |
|----------------------|---------------------|---------------------|-------------|
| 29.133,99 | 0,00 | 4.068,50 | 25.065,49 |

| Parcelas Executadas | Total Executado | Total a Executar | Finalizado |
|---------------------|-----------------|------------------|------------|
| 0 | 0,00 | 4.068,50 | NAO |

PORTO VELHO, 21 de Maio de 2018

CT RODNEY NASCIMENTO DE QUEIROZ CHAGAS
GERENTE DE CONTABILIDADE

JOELSO TAVARES DE ANDRADE
PRESIDENTE

CONTRATO Nº 006/2018

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 2018/000722

**CONTRATO Nº 006/2018 DE FORNECIMENTO
DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS QUE ENTRE SI
CELEBRAM O CONSELHO REGIONAL DE
CONTABILIDADE DE RONDÔNIA E A
EMPRESA W.C.F. BRILHANTE – ME.**

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA – CRC/RO, inscrito no CNPJ 63.761.001/0001-79, sediado na Av. Presidente Dutra, nº 2374 – Bairro Centro, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-034, neste ato representado pela Ilustríssima Senhora **MARIA REGINA DOMINGOS**, brasileira, divorciada, contadora, portadora da Carteira de Identidade [REDACTED] e do [REDACTED], residente e domiciliada na cidade de Porto Velho/RO, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa **W.C.F. BRILHANTE – ME**, inscrita no CNPJ nº 03.740.900/0001-63, situada na Rua Senador Álvaro Maia, nº 875, Bairro Olaria, Porto Velho/RO, CEP: 76.801-288, doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor **WANDIRSON CARLOS FERNANDES BRILHANTE**, brasileiro, solteiro, empresário, portador da Carteira de Identidade [REDACTED] e do [REDACTED], residente e domiciliado na cidade de Porto Velho/RO, tendo em vista o que consta no Processo Licitação 2018/000722, com fundamento na **Lei Federal nº 8.666/1993** e demais legislações correlatas, resolvem celebrar o presente instrumento, mediante as cláusulas e as condições seguintes:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1.** Fornecimento de gêneros alimentícios, tais como café, água e açúcar, para atender as necessidades do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia - CRCRO.

1.2. Das especificações

| Item | Especificações | Unid. | Quant. |
|------|--|----------|--------|
| 1 | AÇÚCAR CRISTAL, obtido da cana de açúcar, com aspecto sólido e cristais bem definidos, cor, cheiro próprios e sabor doce; com teor de sacarose mínimo de 99,3%, admitindo umidade máxima de 0,3%; sem fermentação, isento de sujidades, parasitas, materiais terrosos e detritos animais ou vegetais; acondicionado em embalagem de 02 kg, plástico atóxico, contendo data de fabricação e prazo de validade, com registro no órgão competente. Validade mínima de 23 meses a contar da data de entrega. | PCT | 110 |
| 2 | CAFÉ EM PÓ homogêneo, torrado e moído, moagem fina, torração média, bebida dura aroma intenso, encorpado e de intenso sabor, arábica predominante, máximo 1% de impurezas; embalado a vácuo com 500 g , de primeira qualidade, contendo data de fabricação e prazo de validade, com selo de pureza da Associação Brasileira da Indústria do Café – ABIC, com registro no órgão competente. Validade mínima de 23 meses a contar da data de entrega. | PCT | 120 |
| 3 | Fornecimento de Água mineral natural não gasosa e potável acondicionada em garrações de 20 (vinte) litros. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega. | Garrafão | 260 |
| 4 | Fornecimento de Água mineral natural não gasosa e potável em garrafas de 500ml. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega. | Garrafa | 700 |
| 5 | Chá de erva mate queimado, caixa com 250 gramas – erva mate queimado constituído de folhas novas; de espécimes vegetais genuínos ligeiramente tostados e partidos; de cor verde amarronzada escura; com aspecto cor cheiro e sabor próprio; isento de sujidades e larvas. Validade mínima de 12 meses a contar da data de entrega. | Und | 12 |

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA E DA REPACTUAÇÃO CONTRATUAL

2.1. O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado da data da sua assinatura, excluído o dia do começo e incluído o dia do vencimento.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3.1. O valor deste Contrato é de **R\$ 4.068,50 (quatro mil, sessenta e oito reais e cinquenta centavos)**, inclusos todos os custos e despesas, tais como: custos diretos e indiretos, tributos incidentes, materiais, serviços, encargos sociais, previdenciários e trabalhistas, seguros, lucros e outros custos necessários ao cumprimento integral do objeto deste Contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

4.1. A despesa com a execução deste contrato correrá à conta do seguinte crédito orçamentário, para o exercício 2018:

6.3.1.3.01.01.015 (Gêneros de Alimentação)

Projeto 5013 (Aquisição de Bens de Consumo).

Nota de Empenho: 312

5. CLÁUSULA QUINTA – DA ENTREGA

5.1. A contratada se obriga a fornecer todos os serviços que lhe forem adjudicados no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, contados da data da entrega do Empenho, salvo, os itens 3 e 4 que deverão ser entregues no prazo de 05 (cinco) dias, conforme solicitação expedida pelo CRCRO.

5.2. Advertimos que não há intenção de conceder dilação do prazo acima citado, a não ser nos casos explicitamente amparados pela legislação.

5.3. A entrega deverá ser realizada na Sede deste Conselho, conforme informações constantes no Item 1 deste Projeto Básico.

6. CLÁUSULA SEXTA – DOS ENCARGOS DAS PARTES

6.1. As partes devem cumprir fielmente as obrigações assumidas, respondendo pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.1.1. A contratada deve:

6.1.1.1. Efetuar a entrega dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do Edital e da proposta, acompanhado da respectiva nota fiscal constando detalhadamente as indicações da marca, procedência e prazo de garantia;

6.1.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.1.2.1. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 10 (dez) dias, o produto com avarias ou defeitos;

6.1.1.3. Entregar o objeto licitado no preço, forma e prazo estipulados na proposta;

6.1.1.4. Responsabilizar-se exclusivamente por todas as obrigações trabalhistas, encargos sociais e previdenciários e despesas relativamente a seus profissionais, tendo em vista que não será estabelecido nenhum vínculo empregatício ou de responsabilidade entre os profissionais disponibilizados para a execução dos serviços contratos e o CRC/RO.

6.1.1.5. Manter durante a vigência do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no edital de licitação.

- 6.1.1.6. Responder pela boa qualidade do produto;
 - 6.1.1.7. Aceitar, nas mesmas condições pactuadas, os acréscimos ou supressões que fizerem necessárias, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial contratado.
 - 6.1.1.8. Comunicar à Administração do Conselho qualquer anormalidade constatada e prestar os esclarecimentos necessários.
 - 6.1.1.9. Assumir a responsabilidade por responder pelos danos causados diretamente à Administração ou aos bens do Conselho, ou ainda a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo Conselho;
 - 6.1.1.10. É de responsabilidade da CONTRATADA todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados durante a execução do contrato, ainda que acontecido em dependência do Conselho;
 - 6.1.1.11. Todos os encargos de possível demanda trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução do contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência;
 - 6.1.1.12. Encargos fiscais e comerciais resultantes da contratação resultante desta licitação.
 - 6.1.1.13. A inadimplência do licitante vencedor, com referência aos encargos sociais, comerciais e fiscais não transfere a responsabilidade por seu pagamento ao Conselho, nem poderá onerar o objeto desta contratação, razão pela qual o licitante vencedor renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o Conselho;
 - 6.1.1.14. Deverá a CONTRATADA manter sigilo absoluto sobre todos os dados e informações provenientes dos serviços realizados.
- 6.1.2. São expressamente vedadas à contratada:**
- 6.1.2.1. a veiculação de publicidade acerca do avençado, salvo se houver prévia autorização do CRCRO;
 - 6.1.2.2. a subcontratação para a execução do objeto deste contrato;
 - 6.1.2.3. a contratação de servidor pertencente ao quadro de pessoal do CRCRO, durante o período de fornecimento.
- 6.1.3. A Contratante deve**
- 6.1.3.1. Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir com suas obrigações, constantes do presente Projeto Básico, inclusive fornecer toda a infraestrutura necessária de recursos tecnológicos, equipamentos, suporte, comunicação, material, etc.
 - 6.1.3.2. proceder ao pagamento do contrato, na forma e nos prazos pactuados.

- 6.1.3.3.** Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto entregue em desacordo com os constantes dos Termos deste Projeto Básico.
- 6.1.3.4.** A existência da fiscalização por parte da Contratante de nenhum modo diminui ou altera a responsabilidade da Contratada no fornecimento do serviço.
- 6.1.3.5.** Comunicar à licitante toda e qualquer ocorrência relacionada com a entrega do objeto, diligenciando nos casos que exigem providências corretivas.
- 6.1.3.6.** Efetuar o pagamento devido, segundo as condições estabelecidas.
- 6.1.3.7.** Oferecer informações à CONTRATADA, sempre que necessárias para execução dos trabalhos.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA TRANSFERÊNCIA DO CONTRATO:

- 7.1.** É vedada a cessão ou transferência total ou parcial de quaisquer direitos e/ou obrigações inerentes ao presente contrato, por parte da CONTRATADA sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO:

- 8.1.** O contrato pode ser alterado nos casos previstos no art. 65 da Lei n.º 8.666/93, desde que haja interesse do CRCRO, com a apresentação das devidas justificativas.

9. CLÁUSULA NONA – DA LIQUIDAÇÃO E DO PAGAMENTO

- 9.1.** O CRCRO realizará o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contado do recebimento definitivo do documento fiscal correspondente.
- 9.2.** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, creditada na conta corrente da contratada.
- 9.3.** Caso a contratada opte por efetuar o faturamento por meio de CNPJ (matriz ou filial) distinto do constante do contrato, deverá comprovar a regularidade fiscal tanto do estabelecimento contratado como do estabelecimento que efetivamente executar o objeto, por ocasião dos pagamentos.
- 9.4.** Nenhum pagamento será efetuado à contratada caso exista pendência quanto à Justiça do Trabalho e às Fazendas Federal, Estadual e Municipal, incluída a regularidade relativa à Seguridade Social, ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS).
- 9.5.** O descumprimento, pela contratada, do estabelecido no parágrafo anterior, não lhe gera direito a alteração de preços ou compensação financeira.
- 9.6.** O CRCRO, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à contratada, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas pela contratada, nos termos deste Projeto Básico.
- 9.7.** No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pelo CRCRO encargos

moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples.

9.8. O valor dos encargos será calculado pela fórmula: $EM = I \times N \times VP$, onde: EM = Encargos moratórios devidos; N = Números de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento; I = Índice de compensação financeira = 0,00016438; e VP = Valor da prestação em atraso.

9.9. O Contratante poderá eximir-se do pagamento dos encargos acima referidos, mediante a apresentação prévia de expressa justificativa sobre as razões do atraso de pagamento, obrigando-se o Contratante a manifestar-se, também por escrito, no prazo de 3 (três) dias úteis, a contar da data do recebimento da comunicação, sob pena de considerar-se aceitação das justificativas apresentadas.

9.10. O Contratante se eximirá de cumprir os itens relativos a compensações financeiras, nos casos em que a Contratada houver concorrido direta ou indiretamente para a ocorrência do atraso.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DA FISCALIZAÇÃO / ATESTAÇÃO

10.1. Nos termos do art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93, o Senhor **Elias Vinicius Moraes Ferreira**, será responsável.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DAS PENALIDADES

11.1. Com fundamento no artigo 7º da Lei n.º 10.520/2002, e no art. 28 do Decreto n.º 5.450/2005, ficará impedida de licitar e contratar com a União e será descredenciada do SICAF e do cadastro de fornecedores da CONTRATANTE, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, garantida a ampla defesa e contraditório, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato e da aplicação de multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total da contratação, a CONTRATADA que:

- 11.1.1.** apresentar documentação falsa;
- 11.1.2.** fraudar a execução do contrato;
- 11.1.3.** comportar-se de modo inidôneo;
- 11.1.4.** cometer fraude fiscal;
- 11.1.5.** fizer declaração falsa.

11.2. Para os fins do subitem 9.1.3, reputar-se-ão inidôneos atos tais como os descritos nos artigos 92, parágrafo único, 96 e 97, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/1993.

11.3. Com fundamento nos artigos 86 e 87, incisos I a IV, da Lei n.º 8.666, de 1993; e no art. 7º da Lei n.º 10.520, de 17/07/2002, nos casos de retardamento ou falha na execução do contrato, garantida a ampla defesa e o contraditório, a CONTRATADA poderá ser apenada, isoladamente, ou juntamente com as multas especificadas para os casos de retardamento ou falha na execução do contrato, aplicando-se uma das seguintes penalidades:

- 11.3.1.** advertência;

- 11.3.2. suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração do Conselho Regional de Contabilidade de Rondônia (CRCRO), por prazo não superior a 2 (dois) anos;
- 11.3.3. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 11.3.4. impedimento de licitar e contratar com a União e descredenciamento no SICAF, ou nos sistemas de cadastramento de fornecedores a que se refere o inciso XIV do art. 4º da Lei n.º 10.520/2002, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA RESCISÃO DO CONTRATO

- 12.1. A rescisão deste contrato se dará nos termos dos artigos 79 e 80 da Lei nº 8.666/93.
- 12.2. No caso de rescisão provocada por inadimplemento da contratada, o CRCRO poderá reter, cautelarmente, os créditos decorrentes do contrato até o valor dos prejuízos causados, já calculados ou estimados.
- 12.3. No procedimento que visa à rescisão do contrato, será assegurado o contraditório e a ampla defesa, sendo que, depois de encerrada a instrução inicial, a contratada terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para se manifestar e produzir provas, sem prejuízo da possibilidade de o CRCRO adotar, motivadamente, providências acauteladoras.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS CASOS OMISSOS

- 13.1. Os casos omissos serão resolvidos pelo Ordenador de Despesa da CONTRATANTE, com observância das normas de Direito Público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, bem como a jurisprudência, a doutrina e os costumes.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA PUBLICAÇÃO


- 14.1. Caberá à CONTRATANTE providenciar, às suas expensas, a publicação resumida do presente Contrato na imprensa oficial e no prazo legal estabelecido na Lei nº 8.666/93.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO FORO

- 15.1. Para dirimir todas as questões oriundas do presente contrato, fica eleito o foro do juízo da Justiça Federal da Seção Judiciária de Porto Velho – RO, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim, justas e acordadas, é lavrado o presente Termo Contratual, em 03 (três) vias de igual teor e forma, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo.

Porto Velho – RO, 25 de maio de 2018.


CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE RONDÔNIA
Vice-Presidente de Administração e Finanças
CONTRATANTE


W.C.F. BRILHANTE – ME
Representante Legal
CONTRATADA

Testemunha 1: 

Nome: 

CPF: 

Testemunha 2: 

Nome: 

CPF: 